

EIXO 5: Educação, diversidade e justiça social

Modalidade: Trabalho Completo

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE LAGES SC A PARTIR DE 2007 A 2014.

Mestranda: Eri Cristina dos Anjos Campos

Instituição: Curso de Pós Graduação Stricto Sensu – Mestrado Acadêmico em Educação – PPGE - Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo: O paradigma educacional que visa à inclusão escolar atualmente defende a escola como espaço educacional de todos. O processo de escolarização é um direito de todas as pessoas, sem discriminação a qualquer grupo social, raça, sexo, cor, idade, com ou sem deficiência. A escola configura-se como um espaço de oportunidade de acesso, permanência e aprendizagem igual para todos os estudantes. Dessa forma, buscamos desenvolver essa pesquisa científica a partir da pergunta: Como se desenvolveu o processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (AEE) de Atendimento Educacional Especializado nas escolas do município de Lages - SC a partir de 2007 até 2014? A metodologia adotada é de abordagem qualitativa com procedimentos de pesquisa documental, bibliográfica e com entrevista semiestruturada. Objetiva analisar o processo de implantação das salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado nas escolas do município de Lages. Tem como objetivos específicos: Pesquisar os documentos do processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de Atendimento Educacional Especializado (AEE) conforme as políticas públicas educacionais em nível federal, estadual e municipal; Conhecer marcos histórico e políticos no período de implantação das salas de recursos multifuncionais; Identificar avanços, desafios e perspectivas das salas de AEE. Espera-se como resultado, contribuir na inclusão de educandos com deficiências, no ensino regular e na sociedade podendo estes, exercerem seus direitos como cidadãos.

Palavras-Chave: Inclusão no Ensino Regular; Atendimento Educacional Especializado; Salas de Recursos Multifuncionais.

INTRODUÇÃO

Entendemos e defendemos a escola para todos numa perspectiva de respeito às diferenças. Este fato se reporta á minha história pessoal e profissional, que desde 2007, estou envolvida na educação especial. Estamos acordando para uma escola dos diferentes, ou seja, de respeitar os únicos, singulares é garantir a cidadania.

Atualmente as escolas de ensino regular vêm cada vez mais abrindo espaços para estudantes com deficiência, mesmo que possa ser por estes terem seus direitos garantidos legal-

mente. Dessa forma compreende-se que incluir estudantes com deficiência na rede regular de ensino não é simplesmente realizar a matrícula destes em uma sala de aula, mas garantir acesso e permanência e suprir suas necessidades específicas.

A educação segregada não dá conta de atender as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Com base nesta constatação percebemos a necessidade de rompermos com alguns paradigmas em relação à educação especial e o reconhecimento das diferenças no espaço escolar.

Esta pesquisa visa fazer um estudo sobre o processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas do município de Lages SC de 2007 a 2014.

Para a inclusão do aluno com deficiência na educação escolar é imprescindível a formação do professor que atuam com estudantes da educação especial. A formação do professor para a educação inclusiva na escola da contemporaneidade é uma exigência da legislação e uma necessidade urgente para viabilização de uma proposta de integração e inclusão dos educando no ensino regular.

O Atendimento Educacional Especializado, não substitui o ensino regular, mas como forma de complementar/suplementar¹ este ensino, objetiva um trabalho em conjunto com a sala de aula. Segundo as Políticas Públicas Educacionais, estados e municípios poderão aderir a este atendimento nas unidades escolares para garantir os direitos da pessoa com deficiência, ao Atendimento Educacional Especializado e a valorização das habilidades e potencialidades dos estudantes.

No município de Lages nas Salas de Recursos Multifuncionais, o Atendimento Educacional Especializado iniciou desenvolvendo suas atividades a partir de 2007. Este fato provoca-nos a compreender como se desenvolveu a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais desde sua iniciação até a atualidade, no sentido de refletir sobre momentos históricos e políticos em que se deu este processo.

Esta investigação é de abordagem qualitativa e será desenvolvida a partir da análise de documentos, de políticas públicas e fatos históricos e de referências bibliográficas com entrevista semiestruturada. A pesquisa está dentro da proposta da Linha I do PPGE – Políticas e Processos Formativos em Educação.

Neste sentido, a pesquisa parte da pergunta: Como se desenvolveu processo de implantação das salas de recursos multifuncionais (SRM) Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas do município de Lages SC a partir de 2007 até 2014?

Dessa forma, objetiva analisar o processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais Atendimento Educacional Especializado nas escolas do município de Lages SC a partir de 2007 até 2014.

Tem como objetivos específicos: Pesquisar os documentos do processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado conforme as

¹Os termos complementar/suplementar é um recorte citado pelo Fascículo A Escola Comum Inclusiva – A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão enviada pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) para as Unidades Escolares em 2011.

Políticas Públicas Educacionais a nível federal e municipal. Compreender os momentos históricos, políticos (a nível municipal/federal) no período de implantação destas salas em Lages SC; Identificar avanços, desafios e perspectivas das salas de AEE).

Como resultado da pesquisa espera-se compreender como se desenvolveu o curso de educação especial para a formação de professores, bem como as salas de AEE e estar contribuindo para a inclusão de educandos com deficiências, no ensino regular e na sociedade podendo estes, exercerem seus direitos como cidadãos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva é um marco da educação especial e dos modos de repensar a escola capaz de viabilizar uma educação para todos. Segundo Michels (2011, p. 139) “A escola é um espaço social privilegiado onde são também transmitidos valores legitimados por ela e, ao mesmo tempo, um lugar onde os saberes sistematizados são socializados”.

Desta forma, compreendemos que todo o processo educacional tem que rever conceitos, construir saberes e se adequar às novas exigências, pois a inclusão precisa sair do papel e ser assumida com responsabilidade em qualquer espaço social.

A Constituição Federal de 1988, no Art. 208, V, determina que “deve ser garantido a todos os educandos, o direito de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, de acordo com a capacidade de cada um”. Sendo assim, compreende-se que o ensino fundamental completo é obrigatório, independentemente se o estudante possui ou não deficiência física, intelectual, síndromes, transtornos e outras. Cada um precisa ser respeitado dentro de suas especificidades.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (MEC/SEESP, p. 9, 2010).

Neste sentido entende-se que as pessoas com deficiências, são amparadas legalmente, garantindo seu acesso e permanência na educação e na sociedade, porém, cabe ressaltar que já se avançou nesse sentido, mas que ainda muitas das ações estão somente na teoria, para tanto necessita que se efetive na prática.

A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva traz como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para dar respostas às necessidades educacionais especiais. Nesta perspectiva destaca alguns pontos significativos para que a educação especial se efetive.

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersectorial na implementação das políticas públicas (MEC/SEESP, 2010 p. 19).

É essencial que cada seguimento envolvido com a educação especial, cumpra suas responsabilidades e direcione suas ações em prol do desenvolvimento específico das necessidades das pessoas com deficiência.

O Atendimento Educacional Especializado conforme Gomes (2007, p. 24), precisa oportunizar momentos em que o estudante com deficiência possa expressar de alguma forma suas vivências e “se posicione de forma autônoma e criativa diante do conhecimento”, para dessa forma, transformar seu processo de aprendizagem e possibilitar, que estes possam construir seu próprio saber.

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola (RAPOLI, 2010, p. 17).

Nesta perspectiva, salienta-se que o Atendimento Educacional Especializado não é substitutivo do ensino regular para os estudantes com deficiência, visa minimizar as barreiras que lhes impeçam de acessar o conhecimento com seus pares. O projeto político da escola necessita contemplar o AEE de forma a auxiliar nesse processo.

Silva (2004, p. 28), explica que atualmente as deficiências não dependem somente de “avaliações e aparatos” educacionais ou clínicos. Porém, é necessário compreender se os ambientes frequentados por esses estudantes favorecem seu pleno desenvolvimento, tanto no aspecto familiar, como em lugares que frequentam por um determinado tempo. Faz-se necessário a adaptação ou adequação dos ambientes para garantir o desenvolvimento desses estudantes.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) “reforça os princípios inclusivos de transformação dos ambientes de vida das pessoas em geral, inclusive o educacional, para que possam estar adequados a atender às peculiaridades permanentes e circunstanciais dos seres humanos”.

Compreende-se que o Atendimento Educacional Especializado, privilegia o desenvolvimento dos estudantes com deficiência a superar seus limites intelectuais, motores ou sensoriais. Visa especialmente, o acesso ao conhecimento, permitindo ao sujeito sair de uma posição passiva e automatizada diante do processo de aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber.

Para que toda criança seja atendida educacionalmente e possa usufruir o direito de acesso ao conhecimento que lhe é garantido por lei, deve-se assegurar a ela o atendimento de todas as suas necessidades de alimentação, de prevenção de doenças e de promoção da saúde integral, de transporte, de lazer, de esportes, etc. Para que isso possa lhe ser favorecido, é importante que a escola adote procedimentos de atenção a essas necessidades e de encaminhamento para outros setores, cujas competências lhes possam servir (ARANHA, 2004, p. 16).

Neste sentido, salienta-se que estudantes com deficiência, devem ser atendidos nas suas especificidades, articulando ações entre a educação especial e o ensino comum. Esta é a função primordial do AEE, considerando a elaboração, a disponibilização e a avaliação de estratégias pedagógicas, de serviços e recursos de acessibilidade para a promoção efetiva do direito de todos à educação.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (MEC/SEESP, 2010, p. 20).

O ensino comum articulado com a educação especial contribui para que a inclusão aconteça. Neste sentido, Fávero (2007, p. 25), ressalta que um dos objetivos fundamentais garantidos em nossa Constituição Federal é a “promoção do bem estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, inc. IV). Dessa forma, “um dos princípios para o ensino, é a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Art. 206, inc. I).

Seguindo o pensamento de Fávero (2007, p. 25), compreende-se que o Atendimento Educacional Especializado, realizado preferencialmente na escola como uma modalidade, não substitui o ensino regular, porém complementa/suplementa esse ensino, preenche as necessidades educacionais desses estudantes, atendendo as especificidades de cada um. Busca recursos diversos para a eliminação de barreiras que impeçam a plena participação desses estudantes no processo de aprendizagem no ensino regular.

Fávero (2007) ressalta ainda, que o Atendimento Educacional Especializado é oferecido “a todos os níveis do ensino escolar”, para que se favoreça aos estudantes com deficiência o relacionamento com outros estudantes da mesma idade cronológica, estimulando a interação que trará benefícios em “seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo”.

Em nossa Constituição anterior, as pessoas com deficiência não eram contempladas nos dispositivos referentes à educação em geral. Esses alunos, independentemente do tipo de deficiência, eram considerados titulares do direito à Educação Especial, matéria tratada no âmbito da assistência. Pelo texto constitucional anterior ficava garantido “aos deficientes o acesso à Educação Especial”. Isso não foi repetido na atual Constituição, fato que, com certeza, constitui um avanço significativo para a educação dessas pessoas (FÁVERO, 2007, p. 28).

Com base nas políticas públicas da educação especial, com base em autores que abordam o assunto, pretendemos desenvolver uma pesquisa bibliográfica, e, em documentos da Secretaria de Educação Municipal a pesquisa documental com dados históricos, para a relevância do tema em estudo.

A pesquisa busca entender até que ponto o processo de implantação das salas de recursos multifuncionais Atendimento Educacional Especializado nas escolas do município de Lages, atende o processo de inclusão de alunos com deficiências na educação básica.

Compreende-se que a formação inicial do professor é de suma importância na construção da identidade dos estudantes com deficiência, pois, estes necessitam de intervenções que venham estimular suas potencialidades para que possam se identificar como seres capazes de construir com autonomia sua história de vida.

Salientando a importância do papel do professor no contexto escolar inclusivo, destacam-se as exigências do MEC referente à formação inicial e continuada dos professores que atuam com estudantes com deficiência.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 17-18).

A formação do professor é de suma importância para desenvolver um trabalho baseado em um currículo que elimine qualquer situação de desigualdade e exclusão social no contexto escolar. O currículo escolar precisa contemplar as necessidades de todos os estudantes para que estes recebam uma educação que lhes permita desenvolver-se com autonomia em uma sociedade repleta de conflitos.

Conforme Silva (2002), As relações de desigualdade e de poder na educação e no currículo não podem ficar restritas as classes sociais. Uma perspectiva crítica busca incorporar o currículo, adaptar estratégias de desconstrução das narrativas e das identidades nacionais, étnicas e raciais. Busca lidar com a questão da diferença como uma questão histórica e política, questionando a diferença e a diversidade.

Um currículo inspirado nessa concepção não se limitaria, pois ensinar a tolerância e o respeito, por mais desejável que isso possa parecer, mas insistiria, em vez disso, numa análise dos processos pelos quais as diferenças são produzidas através de relações de assimetria e desigualdade. Num currículo multiculturalista crítico, a diferença mais do que tolerada ou respeitada, é colocada permanentemente em questão (SILVA, p. 88, 89).

Dessa forma, Coll (2004, p. 44 e 45), salienta a importância de haver na escola um currículo aberto para as diferenças, de acordo com seu contexto social e cultural. Um currículo aberto não é aquele que oferece individualmente aos estudantes, aquilo que seja necessário para sua aprendizagem, mas aquele que oferece oportunidades para que todos aprendam a identificar os outros e a incluir sensibilizando-se para as diferenças existentes na escola. “As pessoas constroem melhor seus conhecimentos e sua identidade em contato com outros grupos que tem concepções e valores distintos.”

A complexidade que envolve a demanda da identidade pessoal e social, que já está dentro de nós como indivíduos, deve-se às situações de inclusão e exclusão do ser humano enquanto ser que pensa e age. Dessa forma segundo Bauman (1999), a identidade como um processo de autoafirmação é compreendida e segura, se os poderes que a afirmaram prevalecer sobre “eles” – “os estranhos, os adversários, os outros hostis, construídos simultaneamente ao “nós”.

A identidade pessoal confere significado ao “eu”. A identidade social garante esse significado e, além disso, permite que se fale de um “nós” em que o “eu”, precário e inseguro, possa se abrigar, descansar em segurança e até se livrar de suas ansiedades. O “nós” feito de inclusão, aceitação e confirmação é o domínio da segurança gratificante, desligada (embora poucas vezes do modo tão seguro como se desejaria) do apavorante deserto de um lá fora habitado por “eles”. A segurança só é obtida quando se confia em que “nós” temos o poder da aceitação e a força para proteger aqueles que já foram aceitos. (BAUMAN, p.33)

É nesse sentido que o papel do professor no desenvolvimento intelectual e social dos estudantes com deficiência é indispensável, visto que sua intervenção nesse processo possibilitará a esses indivíduos construir-se como seres sem diferenciação das demais pessoas, não se identificando como sujeitos diferentes, estranhos no meio onde estão inseridos e na sociedade.

Independente das condições físicas ou intelectuais dos estudantes não o faz sentir-se menos ou mais valorizado que as demais pessoas, sendo esta, asseguradas com iguais direitos e deveres na coletividade social.

A raiz suprema da ameaça representada pelo estranho está, portanto, um pouco deslocada; ela se encontra agora em sua tendência a fazer perguntas bizarras que não ocorreriam a uma pessoa “normal”, a contestar as próprias distinções que, para as pessoas “comuns”, são atributos do universo em si, e não de suas visões de mundo. A própria existência do estranho não apenas obscurece a desejada clareza da divisão nós-eles; o estranho, como se não bastasse o primeiro crime, torna-se, quer queira, quer não, o epicentro de um terremoto total, pois tende a desafiar não só uma, mas todas as distinções que tornam o mundo inteligível (BAUMAN, 1999, p.244).

Nesta perspectiva, entendemos a importância da interação social de todas as pessoas e a luta por direitos em uma sociedade, dessa forma Louro (2001, p. 51) afirma que assim acontece com várias categorias ou estruturas (raça, etnia, classe, sexualidade, nacionalidade), referenciando-se a essas múltiplas identidades, a autora salienta que estas não devem ser identificadas com partes separadas, camadas sobrepostas uma as outras, porém precisam ser analisadas mutuamente, visando interesses em comum em prol de uma sociedade mais igualitária.

METODOLOGIA

Com base nos objetivos já mencionados pretendemos pesquisar o processo de implantação das salas de recursos multifuncionais Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas do município de Lages SC no período de 2007 - 2014 dentro das Políticas Educacionais Inclusivas e os documentos relevantes ao tema.

Inicialmente será pesquisada sobre o que dizem as Políticas Educacionais Inclusiva nos meios especializados, nos documentos oficiais a nível federal em relação à educação especial, sendo também necessário o contato com a secretaria ou órgão responsável pelo setor de educação no município de Lages para verificar as políticas e documentos quanto à temática.

Compreender até que ponto o processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, Atendimento Educacional Especializado nas escolas do município de Lages, atendem o processo de inclusão de alunos com deficiências na educação básica.

Pretendemos contextualizar e compreender os momentos históricos e políticos em que se deram o processo de desenvolvimento do tema explorado, em nível local e nacional de forma narrativa. Nesta perspectiva poderemos estabelecer ou não relações entre os indícios das políticas educacionais, fatos históricos e a política governamental.

A pesquisa realizada é de abordagem qualitativa com análise de documentos, de políticas públicas e fatos históricos e de referências bibliográficas com entrevista semiestruturada.

Será realizado para coleta de dados um questionário com registros escritos, sendo que contaremos com a participação de cinco professores atuantes nas salas de Atendimento Educacional Especializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A proposta do Ministério da Educação é com políticas de educação inclusiva e pressupõe um trabalho vinculado do ensino regular e da educação especial. Propõe por meio da legislação, diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecido aos alunos com deficiência, visando à complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular e orienta professores para a utilização de recursos nas turmas comuns do ensino regular.

Neste sentido, a formação de professores para atuar em salas de AEE, é de fundamental importância. Caso contrário, de nada adianta a legislação garantir ao aluno com deficiências o direito de inclusão se a escola na “dita” inclusão o mantém excluído.

Reconhece-se que o processo de inclusão no Brasil, já tem um trajeto percorrido há vários anos. Mudanças já foram realizadas, porém muito ainda há de se fazer para que as pessoas com necessidades educacionais especiais possam usufruir de seus direitos, sejam eles, no âmbito familiar, escolar ou na sociedade. Percebe-se então, que essas mudanças já trouxeram benefícios para esses estudantes, mas que ainda está longe do ideal.

Quanto à escola, para atender as necessidades de todos os estudantes precisa estar voltada as diferenças. Garantindo igualdade de direitos a todos. Oportunizando formas para

que possam descobrir com autonomia sua identidade, valorizando suas escolhas e preferências por meio da estimulação das potencialidades de cada um.

Faz-se necessário compreender cada estudante de maneira diferenciada. Pois cada pessoa é única, seja ela com ou sem deficiência. As pessoas têm seu modo próprio de pensar e agir. Cabe a escola, encontrar maneiras de identificar qual melhor caminho a ser percorrido para que seus estudantes possam chegar a um bom rendimento no desenvolvimento escolar.

É na interação com o outro que as necessidades dos seres humanos podem ser analisadas e de alguma forma transformada. É importante questionar os critérios que tem sido utilizado para distinguir tais necessidades, em particular no contexto escolar.

Valorizar as potencialidades dos estudantes seja eles com ou sem deficiência, é primordial para que estes venham a evoluir com mais segurança em si próprios, vencendo seus medos, superando seus limites. É preciso acreditar que todas as pessoas têm condições de se desenvolver para viver de maneira mais independente, para que isto aconteça é necessário serem estimuladas dando-lhes condições e recursos apropriados a cada necessidade.

Nem sempre estamos de posse de todas as alternativas necessárias aos nossos estudantes. Precisa-se que a escola esteja aberta as diferenças, dando subsídios necessários a seus estudantes. É necessário também que os professores, estejam constantemente se aperfeiçoando e buscando recursos que supram as necessidades de seus estudantes.

O ambiente escolar e as atividades diversificadas proporcionam liberdade de escolha entre os mais diversos tipos de aprendizagem encontrados entre os estudantes, dessa maneira é preciso que cada um seja compreendido conforme suas peculiaridades, necessidades e realidade em que vive.

Há uma infinidade de fatores que influenciam no desenvolvimento da autonomia dos estudantes com deficiência. Desta forma, faz-se necessário acompanhar o desempenho dos alunos individualmente, a fim de diagnosticar as possíveis causas para as dificuldades encontradas. O professor, enquanto agente transformador precisa estar atento às dificuldades de seus educandos e desenvolver aulas com linguagem acessível e uma metodologia atraente, que favoreçam a aprendizagem e participação de todos.

Compreendemos a importância da formação do professor que atua com estudantes público alvo da educação especial e ao atendimento educacional especializado designado a esses estudantes. Diante desta afirmativa, é que foi realizado o estudo o processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas do município de Lages SC de 2007 a 2014.

Analisando o processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais Atendimento Educacional Especializado nas escolas do município de Lages, é que se pensou em um estudo voltado a conhecer os documentos do processo de implantação das Salas de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado conforme as Políticas Públicas Educacionais a nível federal, estadual e municipal que possibilitou compreender os momentos históricos, políticos no período de implantação destas salas em Lages e identificar avanços, desafios e perspectivas das salas de AEE.

O contexto escolar é um espaço que favorece a interação e integração de todos os estudantes. É preciso estimular ao máximo as potencialidades de cada educando para que estes encontrem e desenvolvam suas habilidades.

REFERÊNCIAS:

ARANHA, M. S. F. (org). **Educação inclusiva: a escola** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 26 p.

BAPTISTA, Claudio Roberto. JESUS, Denise Meyrelles de (org.). **Avanços em Políticas de Inclusão. O contexto da educação especial no Brasil e em outros países.** 2ª ed. Porto Alegre: mediação, 2011. 232p.

BAUMAN, Zygmunt, **Ensaio Sobre o Conceito de Cultura.** Tradução autorizada da segunda edição inglesa, publicada em 1999 por Sage Publications Ltd., de Londres, Inglaterra Publicado originalmente em 1975, por Routledge & Kegan Paul, de Londres, Inglaterra.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.**- Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

COLL, Cesar. (org.) **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtorno de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 367p. 3.v.

FÁVERO, E. A. G. Et. al. **Atendimento educacional especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas.** - São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 60p.

GOMES, A. L. L. Et. al. **Atendimento educacional especializado: Deficiência Mental.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007. 82p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ROPOLI, E. A. et. al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão escolar: a escola comum inclusiva** – Brasília: Ministério de Educação Especial, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, P. J. M. (org). **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular** / Ministério Público Federal: Fundação Procurador / 2ª Ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade; Uma Introdução às Teorias do currículo.** 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.